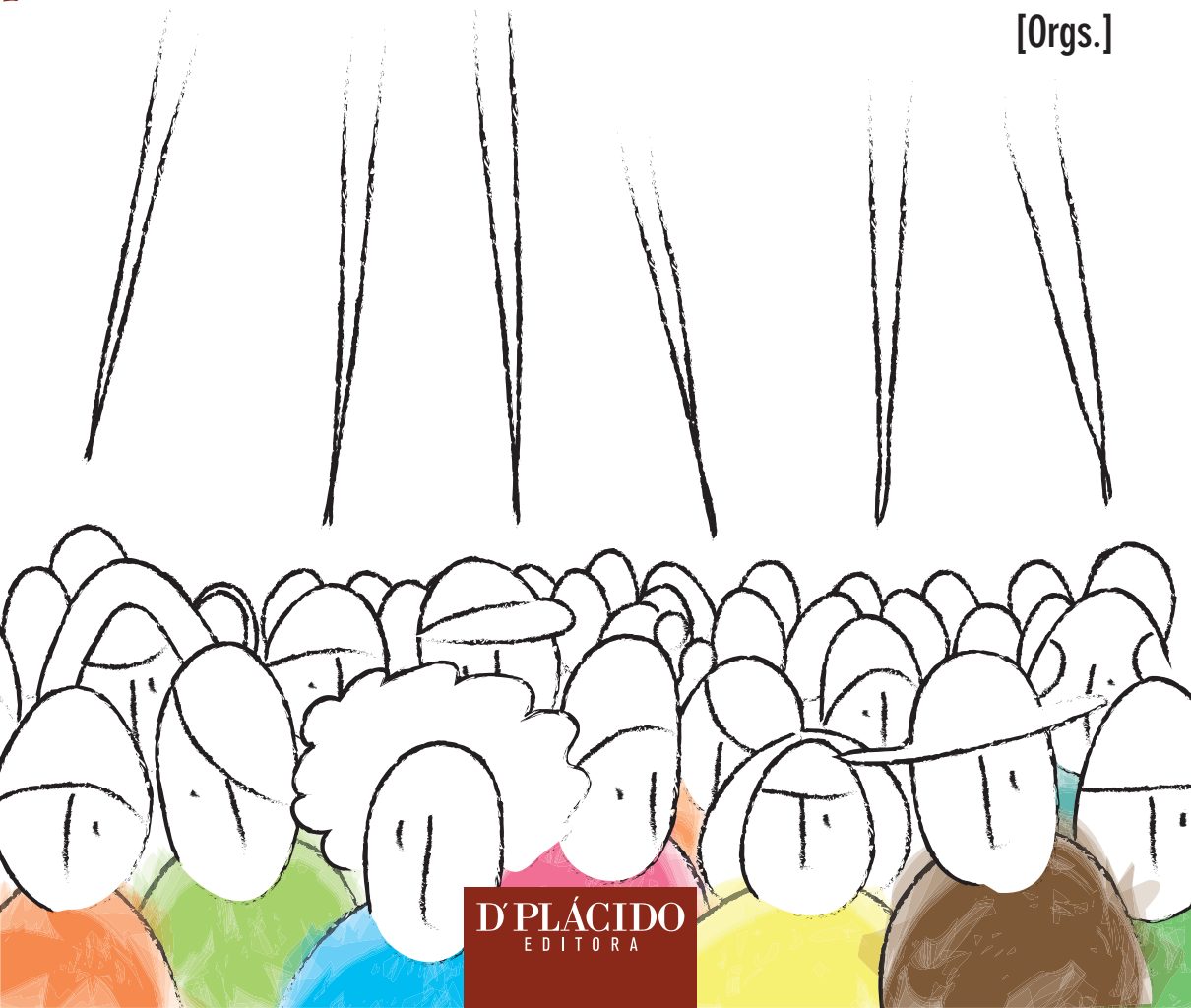


# DESENHO INSTITUCIONAL, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO:

CONEXÕES  
TEÓRICAS E  
POSSIBILIDADES  
ANALÍTICAS

Eleonora Schettini M. Cunha  
Hildelano Delanusse Theodoro  
[Orgs.]



D' PLÁCIDO  
EDITORA



**DESENHO  
INSTITUCIONAL,  
DEMOCRACIA E  
PARTICIPAÇÃO:**

**CONEXÕES  
TEÓRICAS E  
POSSIBILIDADES  
ANALÍTICAS**

Eleonora Schettini M. Cunha  
Hidelano Delanusse Theodoro  
[Orgs.]



**D' PLÁCIDO**  
EDITORA

Copyright © 2014, D' Plácido Editora.  
Copyright © 2014, Os autores.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa e Projeto Gráfico**  
*Tales Leon de Marco*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues da Silva*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D' Plácido Editora.



**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843 , Savassi  
Belo Horizonte - MG  
Tel.: 3261 2801  
CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

Desenho Institucional, Democracia e Participação: conexões teóricas e possibilidades analíticas.

Eleonora Schettini M. Cunha; Hildelano Delanusse Theodoro [Orgs.] --  
Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

Bibliografia

ISBN: 978-85-67020-91-4

1. Ciência Política 2. Desenho institucional 3. Democracia participativa  
I. Título II. Ciência Política III. Formas de governo IV. Democracia

CDU321

CDD 300.320

# Sumário

**Apresentação**..... 9

## **Parte 1 - Conexões Teóricas**

### **1. Desenho institucional, participação e deliberação democráticas: conexões.**

Eleonora Schettini M. Cunha..... 19

### **2. Desenho institucional em contextos democráticos**

Johan P. Olsen..... 41

### **3. Estabilidade e mudança das instituições políticas: algumas reflexões sobre os dilemas e desafios do desenho institucional num contexto democrático**

Francesca Baggia..... 73

## **Parte 2 - Possibilidades Analíticas**

### **4. Tradições Constitucionais, Justiça e Cidadania no Brasil**

Marjorie Corrêa Marona..... 93

### **5. A construção institucional da desigualdade no Brasil**

Natália Guimarães Duarte Sátyro..... 113

## Parte 3 - Experiências Institucionais

---

### **6. A participação cidadã na Assembleia Legislativa de Minas Gerais:**

#### **o potencial para um sistema participativo integrado**

Ricardo Fabrino Mendonça

Eleonora Schettini M. Cunha.....141

### **7. Participação popular na elaboração de leis: análise do Projeto e-Democracia da Câmara dos Deputados**

Cristiano Ferri Soares de Faria.....155

### **8. Orçamento Participativo em Betim (MG): reflexões sobre uma experiência descontinuada**

Sérgio de Azevedo

Geraldo Márcio Timóteo

Mauro Macedo Campos.....177

### **9. Desenho institucional e participação democrática: o caso da 5ª Conferência Municipal das Cidades de Belo Horizonte**

Laura Rennó Tenenwurcel.....193

### **10. Desenho institucional e participação democrática para a governança na gestão de recursos hídricos: o caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Minas Gerais, Brasil.**

Fernanda Matos

Hildelano Delanusse Theodoro.....209

### **11. O desenho institucional da participação pública na política da água nos Países Baixos: da tirania ao Forum Shopping**

Jelle Behagel

Jeroen Warner .....227

<b>12. Conselhos de políticas e desenho institucional: potencialidades e limites do isomorfismo institucional nas áreas da saúde e da assistência social no Brasil</b>	
Eleonora Schettini M. Cunha	
Debora Cristina Rezende de Almeida.....	245
<b>13. Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação em Pauta</b>	
Virgínia Coeli Bueno de Queiroz	
Rosimar de Fátima Oliveira no capítulo.....	265
<b>14. O impacto do Plano de Desenvolvimento Institucional na profissionalização das Instituições Privadas de Ensino Superior</b>	
Wille Muriel	
Domingos Giroletti.....	283
<b>15. Desenho institucional e mudanças no status quo: considerações sobre as políticas de igualdade racial no Brasil</b>	
Johanna Katiuska Monagreda	
Áurea Carolina de Freitas e Silva.....	297
<b>16. Ouvidoria Pública e Instituições Participativas: um desenho para ampliar o “Cânone Democrático”</b>	
Thales Torres Quintão.....	313





# Apresentação

---

As inovações institucionais experimentadas pela recente democracia brasileira, nas duas últimas décadas, têm renovado os estudos teóricos e empíricos que focam na participação democrática, especialmente pelos desafios que elas têm colocado ao conhecimento produzido em diferentes áreas. Além da produção em campos já consolidados, como o neoinstitucionalismo, a própria renovação da teoria democrática, impulsionada pela abordagem deliberativa, tem sido explorada em seu potencial explicativo quanto a esses novos arranjos e instituições.

Por outro lado, há ainda um imenso potencial analítico, seja por meio de estudos comparados ou de estudos de caso, possível de ser explorado e que aguçam o espírito investigativo de muitos pesquisadores. Neste sentido, um dos campos que tem se revelado muito instigante é o do desenho institucional, seja porque os desenhos das instituições, de suas estruturas e regras, traduzem valores e princípios que se busca fortalecer na organização da vida social e política, seja pela possibilidade de análise que a literatura tem revelado, considerando-se as características institucionais como preditoras de resultados.

No caso do nosso país, uma característica que se mostra comum a muitas dessas instituições é sua criação recente, ainda que possam ter sido inspiradas em outras semelhantes, já testadas no Brasil ou em outros países. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 é, quase sempre, apontada como a base institucional que possibilitou a experimentação democrática em diferentes sentidos, seja porque estabeleceu uma tripla federação, com autonomia política para estados e municípios e a correspondente descentralização de poderes e competências, seja porque garantiu direitos civis, políticos e sociais numa amplitude ainda não experimentada pelos brasileiros. Por outro lado, a mobilização social que cercou o processo de construção dessa Constituição criou condições associativas e de participação política também nunca vividas e que

estimularam a criatividade institucional, oriunda de interações recorrentes entre atores políticos e atores sociais.

Este ambiente de reconstrução democrática gerou as condições políticas e sociais em que a experimentação institucional foi possível. Ao se completarem os 25 anos da Constituição e um tempo razoável de funcionamento dessas instituições, algumas avaliações têm sido feitas, seja sobre seus resultados efetivos, seja sobre a sua adequação ao contexto atual, a partir de diversos parâmetros. O desenho institucional é uma das possibilidades de abordagem, ainda que seja insuficiente para uma análise completa, uma vez que outros fatores certamente interferem nos resultados e no desempenho das instituições. Ainda assim, considera-se que um primeiro empreendimento deve ser o de compreender o formato e as regras que balizam essas instituições, orientadas por princípios e valores que se espera sejam por elas efetivados. Neste sentido, este livro é um esforço coletivo de refletir sobre as inovações democráticas brasileiras a partir de uma referência comum: a relação entre desenho institucional, democracia e participação.

A primeira parte do livro trata da questão do desenho institucional numa perspectiva teórica. Introduzindo o tema, o capítulo de Eleonora Cunha trata de aspectos teórico-conceituais acerca do desenho institucional: alguns requisitos normativos, tipologias e características que envolvem não só o desenho, mas também sua factibilidade. Apresenta algumas reflexões acerca das possibilidades de participação democrática nas democracias modernas, bem como aspectos relacionados à institucionalização da participação. Em seguida trata da retomada da deliberação democrática pela teoria e em arranjos deliberativos, indicando alguns elementos da teoria que contribuem para se projetar desenhos institucionais. O capítulo finaliza apontando os limites e as possibilidades relacionados ao desenho de instituições democráticas participativas e deliberativas.

O artigo já clássico de Johan P. Olsen aborda a relação entre desenhos institucionais e contextos democráticos complexos, tendo como principal preocupação os limites ao desenho impostos pelas características fundamentais dos regimes democráticos. O autor argumenta que a possibilidade de se efetivar desenhos institucionais inovadores em contextos democráticos está relacionada à atenção política e à confluência temporária de circunstâncias que venham a favorecer o processo. Também destaca que a possibilidade de êxito desses novos desenhos depende não só do funcionamento da própria instituição, suas regras e incentivos, mas também das características dos cidadãos, cujos princípios e valores são essenciais para sua manutenção e que podem tê-los moldados pelas próprias instituições. Nesse sentido, desenhos institucionais que evocam preocupações deontológicas e são estruturados com o foco em períodos mais longos e que estabelecem processos autodirigidos que as tornam mais flexíveis têm mais chance de serem efetivados e bem sucedidos.

Em seguida, Francesca Baggia apresenta reflexões teóricas acerca das mudanças institucionais em contextos democráticos. Utilizando como motivação problematizadora as tentativas de mudança ou aquelas efetivamente ocorridas em países da América Latina nas últimas décadas, tece considerações teóricas acerca das possibilidades e dos limites para a efetivação de mudanças radicais nas instituições democráticas. Em sua análise, destaca o papel das ideias, princípios e valores, expressos em discursos os mais variados, que circulam na sociedade e que podem apoiar ou resistir às mudanças, sendo fatores facilitadores ou complicadores para a implantação de desenhos institucionais que alteram o *status quo*. Também destaca a relevância do contexto político no qual as mudanças ocorrem, uma vez que a efetivação de projetos políticos não convencionais pode ser considerada como ameaça em sociedades que foram orientadas, por longo período, por ideias e práticas conservadoras. A autora também destaca o desafio que é a implantação de novos desenhos institucionais num regime democrático, que pressupõe a ampla participação política nas escolhas institucionais e nas decisões que afetam a todos os membros da comunidade política.

A segunda parte do livro apresenta análises empreendidas pelos autores acerca de alguns desenhos institucionais, a maioria deles focados na participação e na deliberação democráticas. A primeira delas, realizada por Marjorie Marona tem como foco os desenhos constitucionais. Nesta perspectiva, a autora apresenta as tradições constitucionais que influenciaram a formatação das Constituições que fundaram os estados latino-americanos – a republicana, a constitucional conservadora e a liberal – bem como os processos de reconstitucionalização ocorridos no continente nas décadas de 1970 e 1980, que redefiniram e reconfiguraram as comunidades políticas e o constitucionalismo. Ela analisa a construção da justiça e da cidadania no Brasil, mostrando como os desenhos constitucionais das diferentes Cartas Magnas brasileiras, inauguradas com a Independência política de Portugal, refletiram valores e ideais que orientavam as elites e que predominaram em seus textos. Também ressalta a influência das ideias liberais na formatação das instituições políticas e na regulação de direitos, contrapondo-as a práticas de segregação e exclusão sociais que também foram inscritas nos textos constitucionais, perpetuando desigualdades seculares e excluindo um grande contingente de pessoas da condição de cidadãos. Por fim, destaca as inovações introduzidas pela Constituição de 1988, considerando-as fulcrais para a ampliação da cidadania no Brasil.

O capítulo escrito por Natália Sátyro aborda o papel das instituições políticas na construção e na manutenção da desigualdade no Brasil. Para sua análise, reconstitui a formação do Estado no governo Vargas e as estratégias políticas por ele utilizadas para a sustentação do regime autoritário, expressas

em desenhos institucionais que produziram repercussões recorrentes no sistema de proteção social do país e nas formas de organização dos trabalhadores. A autora destaca como o *timing* de criação da burocracia estatal conjugada à supressão de mecanismos de representação formal geraram comportamentos privatistas que incidem sobre a manutenção da desigualdade e como a construção institucional da proteção social, sustentada em distinções e privilégios que diferenciavam segmentos de trabalhadores, reforçaram as desigualdades existentes. A instalação do regime autoritário militar redesenhou algumas instituições que, no entanto, revigoraram as condições sociais existentes, produzindo “continuidade na mudança”. Na visão da autora, a mudança deste quadro institucional efetivamente só ocorre a partir da Constituição Federal de 1988, que redesenha o sistema de proteção social brasileiro, a partir de princípios de solidariedade que alteraram o paradigma que vigorava até então, e quando o processo decisório migra da arena do Poder Executivo para a arena Parlamentar.

O capítulo escrito por Ricardo Mendonça e Eleonora Cunha apresenta a experiência de participação institucionalizada da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que passou por uma importante reestruturação institucional há duas décadas e que, desde então, vem promovendo a participação da sociedade, de modo a aproximar parlamentares e cidadãos e a acolher contribuições para as atividades legislativas. Os autores descrevem brevemente alguns desenhos institucionais de práticas participativas efetivadas pela Assembleia, com especial atenção no Seminário Legislativo, tido como o principal evento institucional. Em sua análise, mostram como uma circunstância não planejada – a interação entre diferentes eventos, promovidos pela Casa e que ocorreram em 2011, abarcando um mesmo tema – potencializaram a participação cidadã e influenciaram efetivamente a produção legislativa. Os autores consideram que esta experiência de interação entre diferentes espaços, com desenhos próprios, aponta a possibilidade de estruturação de um sistema participativo integrado que articula processos e fluxos, potencializando a participação democrática na arena legislativa.

Seguindo no tema da participação democrática no Poder Legislativo, Cristiano Faria descreve e analisa a experiência do Portal e-Democracia, da Câmara dos Deputados, especialmente no que se refere à contribuição dos participantes ao processo legislativo. Para isto, apresenta o desenho institucional de ferramentas disponíveis para a interação virtual, bem como alguns resultados bem sucedidos e outros nem tanto. Seu artigo possibilita melhor conhecer a especificidade deste tipo de participação no Poder Legislativo, as possibilidades e os limites de cada ferramenta, bem como os temas que mais mobilizam a participação virtual. Sua análise permite constatar o processo de aprendizagem que perpassou a experiência e que levou a redesenhos ao

longo do tempo, seja para melhor adequar as ferramentas, seja para alcançar melhores resultados. O autor destaca as especificidades da participação dos parlamentares na interação virtual e como foi possível estabelecer cooperação com o Poder Executivo na integração de sistemas que viabilizaram algumas consultas públicas de interesse de ambos os poderes. Sua análise indica que os processos de participação virtuais, desenhados para maior aproximação entre cidadãos e parlamentares, têm efetivamente influenciado o processo legislativo, ainda que de forma lentamente evolutiva.

O capítulo escrito por Sergio de Azevedo, Geraldo Timóteo e Mauro Campos é o primeiro de um conjunto de artigos que analisa desenhos próprios do Poder Executivo, relacionados a diferentes áreas de políticas públicas. Neste artigo, são discutidas as tentativas de institucionalização do Orçamento Participativo (OP) no município de Betim, Minas Gerais, por meio da implantação de uma política de ordenamento financeiro, com base em um programa aberto de participação popular. A iniciativa de implantação do OP ocorreu na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), em meados dos anos 1990. Contudo, a implantação do programa no município não se sustentou ao longo das administrações seguintes, mesmo quando ocorreu a permanência do PT no governo. Assim, a pouca aderência do OP em Betim e a baixa capacidade de institucionalização, não mudou o *status* do programa, que perdeu espaço para novos programas, nas Administrações subsequentes. Mesmo ocorrendo idas e vindas, o OP não foi capaz de criar o apelo popular necessário para a sustentação do programa. A trajetória analisada busca oferecer subsídios para que se possam identificar elementos que determinam, em inúmeros casos, a descontinuidade administrativa, bem como reafirmar a compreensão de que a institucionalização da participação popular na estrutura formal da Prefeitura não garante por si só a sua manutenção em futuros governos, mas, sem dúvida, pode desempenhar papel não negligenciável para legitimar, junto à população e dentro da própria máquina pública, a gestão democrática da cidade.

O capítulo de Laura Tenenwurcel trata de processos participativos na área das políticas urbanas, tendo como principal foco de análise o desenho institucional e o contexto político e associativo que circundaram a 5ª. Conferência Municipal da Cidade, de Belo Horizonte, no ano de 2013. Utilizando algumas variáveis indicadas por estudiosos tanto do desenho institucional quanto de instituições participativas, a autora analisa aspectos da Conferência e do contexto que incidiram diretamente na sua realização, inclusive inviabilizando-a, num primeiro momento. A autora destaca que os avanços teóricos e legais, que estimulam e preveem a participação ampliada da população na definição da política urbana têm encontrado barreiras importantes para sua efetivação, especialmente quando não há intencionalidade do poder público de promover este tipo de compartilhamento de decisões. Por outro lado,

aponta como a organização e o fortalecimento da sociedade civil é capaz de produzir mudanças neste quadro.

Tendo como área de estudos a política de recursos hídricos, o capítulo escrito por Fernanda Matos e Hidelano Theodoro tem como objeto de análise o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBHRV), localizada na região central de Minas Gerais, e considerada o principal afluente do rio São Francisco, com o intuito de apontar alguns limites quanto ao seu desenho institucional. Os autores discorrem sobre elementos teóricos e conceituais relacionados a instituições participativas em geral, apontando algumas relações entre a literatura e o desenho atual para a gestão de recursos hídricos no Brasil, em especial as bacias hidrográficas. Também destacam a relevância que esta área tem adquirido nas agendas públicas, mundialmente, e como a estratégia de governança tem sido a indicada para melhor tratá-la como política pública. Descrevem e analisam aspectos relacionados aos desenhos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, em geral, e do CBHRV, em particular, apontando para a complexidade e as dificuldades de se fazer a gestão dessa bacia, o que tem levado a redesenhos que buscam maior capilarização e aproximação com os atores locais. Concluem pela necessidade de se produzirem mais estudos sobre este tema, preferencialmente de modo multidisciplinar, dado o pouco conhecimento que se tem ainda hoje sobre os resultados deste tipo de gestão.

O capítulo escrito por Jelle Behagel e Jeroen Warner descreve o desenho da participação pública na política de água nos Países Baixos, na perspectiva de incorporação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão pública, ou seja, a participação incorporada à gestão pública, entendida como governança participativa. O objetivo dos autores é analisar as implicações das críticas existentes a este tipo de participação para o desenho institucional da participação pública. Para isto, tecem críticas às teorias de desenho institucional de participação, utilizando-se ilustrativamente do campo da gestão da água na Holanda, com ênfase no fenômeno do *forum shopping*, em que os atores buscam diferentes espaços de interação para alcançar seus objetivos, para além do espaço desenhado. Os autores concluem que o processo participativo não deve ser tirânico, ou seja, desconsiderar as dinâmicas de poder e os contextos sociais em que ocorrem. Para eles, as possibilidades de *forum shopping* devem ser reconhecidas pelos planejadores públicos, uma vez que os contextos democráticos geram diferentes espaços para a participação, para além daquele desenhado intencionalmente.

Introduzindo estudos relacionados ao campo das políticas sociais, o capítulo escrito por Eleonora Cunha e Debora Almeida trata do processo de criação de conselhos municipais de saúde e de assistência social, amplamente difundido no Brasil. As autoras apresentam alguns aspectos da legislação que os criou e mostram como este processo gerou isomorfismos institucionais,

nos níveis estadual e municipal de governo, sendo que diferentes instituições contribuíram para esta característica. O capítulo apresenta alguns dados de pesquisas que mostram como alguns contextos têm se mostrado desfavoráveis para a implementação e o funcionamento desses conselhos, destacando como este aspecto pode ser um limite para o desenvolvimento dessas instituições participativas e para o alcance dos resultados pretendidos pelos seus *designers*. Elas chamam a atenção do leitor para aspectos que podem gerar “imitações mal sucedidas” e/ou “institucionalização incompleta”, o que pode minar o potencial democrático e deliberativo dos conselhos.

Em seu capítulo, Virgínia Queiroz apresenta reflexões acerca dos Conselhos Municipais de Educação. Embora esta área de política pública já possua conselhos há muitas décadas, é apenas a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que alguns municípios começaram o processo de constituição de seus conselhos. No entanto, a ausência de uma legislação federal que determine sua criação e especifique minimamente o seu funcionamento e competências, tem gerado todo tipo de situação e desenho. A autora levanta aspectos apontados na literatura como relevantes para o desenho desse tipo de instituição, bem como destaca que apenas a análise dos desenhos é insuficiente para se avaliar os conselhos e seus resultados. Considera que um desafio para esta área é tornar os conselhos municipais estruturas do Estado, não ficando à mercê das vontades políticas de governos. Conclui considerando que a instituição do Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação impõem a necessidade de novos desenhos para os conselhos desta área.

Ainda no campo da política educacional, o capítulo de Wille Muriel e Domingos Giroletti trata da exigência do Ministério da Educação (MEC), a partir de 2002, quanto à elaboração e apresentação de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como condição para o credenciamento e reconhecimento das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Os autores investigaram o impacto da exigência legal na melhoria da gestão das Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) no país, medido pelo seu planejamento. A avaliação do impacto do PDI na gestão das IPES mostrou efeito institucional muito positivo, embora tal instrumento tenha sido imposto. Para muitos gestores, o PDI foi transformado em ferramenta de gestão, que as IPES têm usado não apenas como exigência para atender às demandas governamentais, mas como diferenciador que assegura maior competitividade e que poderá ser um fator de sucesso no mercado educacional privado brasileiro.

As políticas de igualdade racial desenvolvidas nos anos recentes, no Brasil, na perspectiva do desenho institucional, é o foco do artigo de Johanna Monagreda e Áurea Silva. As autoras apresentam suas reflexões acerca da complexa relação entre desenho institucional e sociedades democráticas a

partir das ideias de autores que enfatizam tanto a intencionalidade do desenho como o papel das subjetividades presentes nas sociedades, expressas não só nas regras e instituições, formais ou não, mas também em discursos que as legitimam e expressam valores e expectativas. Abordam o racismo como estrutura institucional ou sistema cognitivo que constrange e/ou estimula condutas e os desafios teóricos e empíricos que se colocam para seu enfrentamento, especialmente olhando para o Brasil. Apresentam as políticas de igualdade racial como um caso relevante de remodelagem institucional, que não só visam a enfrentar esta questão, mas também fazê-lo de modo democrático e participativo. Este importante avanço, no entanto, não tem ocorrido sem embates e, para as autoras, sua efetividade dependerá da capacidade de manejo dos conflitos e da adesão dos atores que pretende contemplar, o que aponta para um desenho de longo prazo.

O capítulo de Thales Quintão trata de uma instituição ainda pouco estudada no Brasil: as ouvidorias públicas. Seu objetivo é analisá-las na perspectiva de se constituírem como instituições participativas, com o potencial de uma maior aproximação entre Estado e sociedade. Neste sentido, apresenta alguns aspectos da literatura que trata dessas instituições, especialmente quanto a variáveis que impactam o seu desempenho, com destaque para aquelas que devem ser consideradas quando do seu desenho. Também ressalta o potencial de controle social desses institutos, tanto na forma de *accountability* vertical, quanto na horizontal. O autor traça um breve histórico do surgimento da ouvidoria e como ela se estrutura e se desenvolve no Brasil, tanto na iniciativa privada quanto no âmbito público, especialmente no Poder Executivo. Seu destaque é para a dimensão da autonomia dessas instituições e como este princípio é central para que as ouvidorias públicas cumpram efetivamente seu papel de “defensoras do povo” e possam ser instrumentos para se repensar criticamente as instituições, inclusive de forma participativa.

Este conjunto de artigos não tem a pretensão de esgotar o tema, nem tampouco de apontar caminhos a serem trilhados. Longe disso, o intuito é propiciar ao leitor algumas reflexões que os autores consideram relevantes e, com isto, contribuir com o debate teórico e político que tem sido propiciado, nos últimos anos, pelas experiências brasileiras de participação democrática. Se a teoria estiver correta, o aprendizado com os êxitos e fracassos institucionais descritos e analisados pelos autores, poderá produzir redesenhos institucionais que venham a corresponder, de forma mais adequada, aos desejos e expectativas de participação democrática.

Belo Horizonte, Janeiro de 2014.  
Eleonora Schettini M. Cunha  
Hildelano Delanusse Theodoro





### **Capítulo 1**

*Desenho institucional, participação e deliberação democráticas: conexões.*

Eleonora Schettini M. Cunha

### **Capítulo 2**

*Desenho institucional em contextos democráticos*

Johan P. Olsen

### **Capítulo 3**

*Estabilidade e mudança das instituições políticas: algumas reflexões sobre os dilemas e desafios do desenho institucional num contexto democrático*

Francesca Baggia

### **Capítulo 4**

*Tradições Constitucionais, Justiça e Cidadania no Brasil*

Marjorie Corrêa Marona

### **Capítulo 5**

*A construção institucional da desigualdade no Brasil*

Natália Guimarães Duarte Sátyro

### **Capítulo 6**

*A participação cidadã na Assembleia Legislativa de Minas Gerais: o potencial para um sistema participativo integrado*

Ricardo Fabrino Mendonça  
Eleonora Schettini M. Cunha

### **Capítulo 7**

*Participação popular na elaboração de leis: análise do Projeto e-Democracia da Câmara dos Deputados*

Cristiano Ferri Soares de Faria

### **Capítulo 8**

*Orçamento Participativo em Betim (MG): reflexões sobre uma experiência descontinuada*

Sérgio de Azevedo

Geraldo Márcio Timóteo  
Mauro Macedo Campos

### **Capítulo 9**

*Desenho institucional e participação democrática: o caso da 5ª Conferência Municipal das Cidades de Belo Horizonte*

Laura Rennó Tenenwurcel

### **Capítulo 10**

*Desenho institucional e participação democrática para a governança na gestão de recursos hídricos: o caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Minas Gerais, Brasil.*

Fernanda Matos  
Hildelano Delanusse Theodoro

### **Capítulo 11**

*O desenho institucional da participação pública na política da água nos Países Baixos: da tirania ao Forum Shopping*

Jelle Behagel  
Jeroen Warner

### **Capítulo 12**

*Conselhos de políticas e desenho institucional: potencialidades e limites do isomorfismo institucional nas áreas da saúde e da assistência social no Brasil*

Eleonora Schettini M. Cunha  
Debora Cristina Rezende de Almeida

### **Capítulo 13**

*Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação em Pauta*

Virginia Coeli Bueno de Queiroz  
Rosimar de Fátima Oliveira

### **Capítulo 14**

*O impacto do Plano de Desenvolvimento Institucional na profissionalização das Instituições Privadas de Ensino Superior*

Wille Muriel

Domingos Giroletti

### **Capítulo 15**

*Desenho institucional e mudanças no status quo: considerações sobre as políticas de igualdade racial no Brasil*

Johanna Katiuska Monagreda  
Áurea Carolina de Freitas e Silva

### **Capítulo 16**

*Ouvidoria Pública e Instituições Participativas: um desenho para ampliar o "Cânone Democrático"*

Thales Torres Quintão



**D'PLÁCIDO**  
EDITORA

[www.livrariadplacido.com.br](http://www.livrariadplacido.com.br)

ISBN 978-85-67020-91-4



9 788567 020914 >

